

Ata reunião COMDEMA

No dia 30 de março de 2021 foi realizada a quinquagésima sexta reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. A Reunião foi realizada online pelo aplicativo ZOOM, onde teve a participação dos Senhores(as) Conselheiros(as) Bruna Eli Ebele, Carlos Alberto Kniss, Juliano Piske, Dener W. Lyra, Naiana Sestrem Ochoa, Alexandre Schloegel, Everton Baumgartner, Giovanni Ricardo Anacleto Piaz e Suplentes Gerson Luis Guebert, Ivo Leonardo Schmitz e Participantes Rodrigo Mathias. Primeiramente houve a aprovação da ATA 055 e a senhorita presidente agradeceu a participação dos conselheiros. Após a Srta. Presidente apresentou fotos da infração do **Sr. Rodrigo Mathias**, a qual iniciou a edificação de uma casa em área de preservação permanente e sem alvará de construção. Com isso após denúncia, o fiscal foi verificar, constatando que a edificação estava em APP, muito próxima do curso d'água que passa na lateral do imóvel, com isso foi feito então o embargo da obra. Não seria possível o diagnóstico socioambiental, pois não restaria os 15 metros de recuo e é uma construção nova. O proprietário, Sr. Rodrigo Mathias, solicitou a presença na reunião, para apresentar a defesa dele, para ver o que poderia estar auxiliando. Ele contratou os serviços da empresa Hoffmann com o intuito de autorizar a tubulação naquele trecho, mas o Sr. Fábio realizou o levantamento e constatou que apenas um trecho está tubulado e um outro trecho pequeno. À montante não há tubulação e à jusante há trechos tubulados, então não se enquadraria na resolução para tubulação de trechos de até 100 metros entre trechos já tubulados. Por meio de foto com referências para localização da edificação, vê-se dois trechos tubulados em laranja, porém o restante do curso d'água não está tubulado. A Srta. presidente passou a palavra ao Sr. Rodrigo. Ele argumentou que o sítio sempre foi um sonho do seu pai, comprou em novembro ou dezembro, por motivos de saúde do pai, que tem problema de coluna e câncer. Afirmou que sabe que está errado, mas está tentando alguma forma de compensação, mas não precisar demolir a casa, pois seus pais necessitam de uma casa nova, visto o grande problema de saúde de seu pai. O Sr. Rodrigo afirmou que é um terreno de 25 metros de frente e 300 metros de fundos. A Srta. presidente dispensou o Sr. Rodrigo e abriu para comentários dos conselheiros. A Srta. presidente afirmou que já havia informado ao Sr. Rodrigo que não havia como regularizar por estar a 2 metros do curso d'água e ser uma construção nova. Comentou sobre a possibilidade de tubulação do curso d'água, mas como mostrado antes não há a possibilidade, pois não têm tubos à montante dessa tubulação. A Srta. presidente afirmou na reunião que ele deveria ter consultado a prefeitura antes de comprar o imóvel, é uma situação complicada pela legislação, mas de qualquer maneira trouxe este caso para ser analisado. O Sr. Everton comentou que conhecia esse imóvel já pelo antigo proprietário e até se espantou quando verificou a edificação, com isso o antigo proprietário vendeu o imóvel, até porque não podia fazer muita coisa, inclusive nós temos que ver o ônus imobiliário, até porque provavelmente não dá para fazer muita coisa, era

40 muito restrita a propriedade e eu até soube pelo antigo proprietário que ele não pôde fazer
41 nada e o atual proprietário foi lá e fez a edificação. A Srta. presidente afirmou que o
42 proprietário tentou, mas teve denúncia. O Sr. Juliano colocou que não tem o que discutir, tem
43 que demolir e recuperar a área. A Srta. presidente ponderou que o dever do conselho e
44 prefeitura não é obrigá-lo a demolir, nós emitimos um parecer, encaminhamos ao jurídico e
45 se ele não concordar, pode abrir uma solicitação judicial não concordando com a prefeitura e
46 conselhos. Após diversas discussões, o conselho votou pela demolição da casa e
47 recuperação da área. Dando continuidade, a Srta. Presidente apresentou o processo da **JH**
48 **Indústria Têxtil – Protocolo 1885/2019** do Proprietário Jonas Hort. O Sr. Jonas solicitou um
49 enrocamento nas margens do Rio Itajaí-Mirim na Rua Estrada Geral da Fazenda o qual
50 primeiramente foi indeferido o pedido de enrocamento porque não havia necessidade, mas
51 após as grandes chuvas, o Sr. Jonas solicitou nova vistoria, pois havia novas erosões e o rio
52 estava adentrando à propriedade. A Srta. presidente apresentou um vídeo feito através de
53 um drone para mostrar como está a margem do rio e a real necessidade de estar fazendo
54 esse enrocamento. O vídeo mostrou a grande erosão e a recuperação da APP de 50 metros
55 autorizada pelo IMA. O processo foi apresentado ao Conselho pelo enrocamento por ser uma
56 obra grande e no Rio Itajaí-Mirim, visto que naquela região, quando a tinturaria se instalou,
57 houve grandes manifestações dos moradores. Por isso é de extrema importância o Conselho
58 ter ciência da Obra e dar uma anuência para a execução do enrocamento. A Srta. presidente
59 deixou a palavra livre. O Sr. Leo perguntou se foi feito algum estudo do avanço desse
60 desmoronamento da margem do rio com o passar dos anos com imagem de satélite. O Sr.
61 Dener colocou na tela a imagem gerada no *Google*, onde verificou-se que desde 2011 houve
62 bastante desmoronamento. O Sr. Leo afirmou que a sua preocupação maior é que pelas
63 imagens dá para ver que esse avanço está bem forte, que o tamanho que vai ser o
64 enrocamento e o quanto isso vai gerar de impactos ali, porque a tendência é que vai erodir
65 ainda mais. O Sr. Everton comentou em relação a parte técnica, explicando que a cota onde
66 será feita a obra é maior que a outra margem, sendo que a única finalidade do enrocamento
67 é conter a erosão. Houve questionamentos sobre a autorização da obra pelo Instituto de Meio
68 Ambiente – IMA, mas como a obra é de impacto local, é obrigação do Município licenciar,
69 mas será questionado ao IMA sobre o assunto. Os conselheiros informaram que a análise do
70 tempo e do impacto que está causando serve muito bem como resposta para a sociedade,
71 pois se houver questionamentos, os conselheiros estarão cientes dos fatos. Sem mais
72 comentários, a obra foi aprovada, desde que esteja de acordo com o projeto aprovado pela
73 Prefeitura. Dando continuidade na reunião, a Srta. Presidente apresentou um pedido para
74 tubulação em curso d'água em três imóveis **na Rua José Dirschnabel, Bairro Centro**. O
75 processo foi trazido ao Conselho pois o trecho aberto do curso de água passa um pouco dos
76 100 metros. A Srta. presidente apresentou imagem do local, onde o curso está praticamente
77 todo tubulado há muito tempo, faltando apenas um trecho de 116 metros sem tubular,
78 passando 16 metros dos 100 metros que podem ser autorizados perante a lei, mas conforme

79 a resolução outros casos podem ser trazidos ao Conselho e se achar viável, pode ser
80 autorizado. São três matrículas, uma com 33 metros, outra com 31 metros e outra com 29
81 metros, totalizando 93 metros de tubulação, faltando 23 metros para fechar a tubulação, onde
82 está sob o proprietário distinto. De qualquer forma, o objeto deste processo são as três
83 matrículas, totalizando 93 metros de tubulação, faltando 16 metros de 100 metros de tubo a
84 tubo, razão para estar trazendo para o Conselho. A Srta. presidente afirmou que não vê
85 problema em estar autorizando, pois são 16 metros a mais e é uma região já antropizada, o
86 curso d'água já está tubulado há muito tempo. O Sr. Everton indagou se já não existe um
87 decreto público sobre este ribeirão canalizado à montante e à jusante. A Srta. presidente disse
88 não conhecer e os proprietários também não porque contrataram um profissional para fazer
89 este estudo. De qualquer forma, tendo ou não o decreto é possível tubular. Sem mais
90 comentários a tubulação foi aprovada pelo conselho. Dando continuidade nas análises, foi
91 apresentado o pedido para tubulação da **Sra. Vera Regina Schmidt Dalpiaz – Processo**
92 **2259/2020**, na Rua Francisco José Schmidt, Bairro Centro. A situação já foi analisada pelo
93 conselho anteriormente, mas na última reunião do Conselho não autorizou a tubulação
94 porque os moradores têm receio em estar tubulando esse curso d'água porque ali é uma
95 região de alagamentos, quando chove bastante há vários alagamentos na região, então os
96 moradores têm receio que a prefeitura autorize essa tubulação. A Sra. Vera não concordou
97 com a decisão e então apresentou proposta para canalização, fazendo enrocamento nos dois
98 lados do curso d'água, deixando a mesma margem que está hoje, para estar conseguindo
99 utilizar o imóvel, porque a APP de 30 metros ou de 15 metros inviabilizaria. Ele então propôs
100 a canalização e não tubulação. Se houver grandes chuvas e a vazão pela tubulação não
101 desse conta, com a canalização vai transbordar e não vai ter grandes problemas. A Srta.
102 presidente explicou com mais detalhes a situação ao Sr. Leo, que não estava presente na
103 última reunião. O curso d'água está bem assoreado, com vegetação e braquiárias, vai
104 realizado o desassoreamento e executado um canal. A SEMMA não vê objeção na aprovação
105 caso for aprovado pelo conselho. O Sr. Everton perguntou sobre a descaracterização da APP,
106 ao que a Srta. presidente respondeu que consta da Resolução CONSEMA que em caso de
107 tubulação ou canalização a APP fica descaracterizada, ficando somente o recuo da faixa
108 sanitária. Sem mais considerações o processo foi aprovado pelo conselho. Dando
109 continuidade na reunião, a Srta. Presidente apresentou os diagnósticos sócio ambientais para
110 análise do conselho. O primeiro diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Alejandro Omar**
111 **Maroli**, localizado na Rua Pomerânia, Bairro Pomerânia, Município de Guabiruba/SC, cuja
112 documentação foi protocolada sob processo 707/2021. O imóvel está registrado sob matrícula
113 70.216 com área total de 1.130,51m² e matrícula 70.454 com área total de 926,50m². A
114 SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 42/2021 por estar inserido em área urbana
115 consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar
116 de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em
117 relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com

as ressalvas descritas no parecer. O segundo diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Raulino Imhof**, localizado na Rua Alois Erthal, Bairro Centro, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 784/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 69.466 com área total de 17.176,97m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 041/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O terceiro diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Uilian Missfeldt**, localizado na Rua Lorena, Bairro São Pedro, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 882/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 63.651 com área total de 9.355,12m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 40/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O quarto diagnóstico foi na propriedade da **Sra. Beatriz Cota**, localizado na Rua Guabiruba Sul, Bairro Guabiruba Sul, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 326/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 48.067 com área total de 5.628,60m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 22/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da aprovação nos conselhos. O conselheiro Juliano informou que houve uma infração ambiental no imóvel a alguns anos pela Polícia Ambiental, por esse motivo o responsável técnico Everton, que estava presente na reunião informou que a infração está regularizada, mas que irá providenciar um documento comprobatório. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer e a comprovação da regularização da infração. O quinto diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Jonatan Dalbosco**, localizado na Rua Guabiruba Sul, Bairro Guabiruba Sul, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 327/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 53.540 com área total de 943,49m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 23/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O sexto diagnóstico foi na propriedade da **L2B Construtora e Incorporadora**, localizado na Rua Prefeito Carlos Boos, Bairro Aymoré, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 451/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 51.033 com área total de 1.727,00m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 34/2021 por estar inserido em área urbana por estar inserido

em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O sétimo diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Jean Carlos Martins**, localizado na Rua Afonso Gums, Bairro Aymoré, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 538/2021. O imóvel está registrado sob matrículas 87.158 com área total de 374,40m² e 87.157 com área total de 374,40m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 44/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O oitavo diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Mazildo Anselmo Rodrigues**, localizado na Rua Gruenerwinkel, Bairro Aymoré, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 723/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 32.705 com área total de 36.564,60m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 36/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da aprovação nos conselhos e execução do PRAD e compensação pela não recuperação de 91,82m² na APP. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O nono diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Edimar Rudolf**, localizado na Rua Gruenerwinkel, Bairro Aymoré, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 722/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 11.893 com área total de 23.625,00m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 35/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD, aprovação nos conselhos e regularização da infração ambiental. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O décimo diagnóstico foi na propriedade do **Sr. Marcos Evandro Wippel**, localizado na Rua 10 de junho, Bairro Centro, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 537/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 2.487 com área total de 966,00m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 45/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da execução do PRAD e aprovação nos conselhos. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O décimo primeiro diagnóstico foi na propriedade da **Tinturaria Willrich LTDA**, localizado na Rua Guabiruba Sul, Bairro Guabiruba Sul, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 868/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 32.316 com área total de 916,10m². A SEMMA deferiu o diagnóstico

através do Parecer 43/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da aprovação nos conselhos, execução do PRAD na APP e compensação pela não recuperação de 106,51m² na APP. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. O décimo segundo diagnóstico foi na propriedade da **Sra. Selma Cilene Kormann Verwiebe**, localizado na Rua Sebastião Boos, Bairro Centro, Município de Guabiruba/SC, cuja documentação foi protocolada sob processo 915/2021. O imóvel está registrado sob matrícula 17.007 com área total de 78.910,75m², mas o diagnóstico será da parcela de 1.040,71m². A SEMMA deferiu o diagnóstico através do Parecer 46/2021 por estar inserido em área urbana consolidada com a ressalva da aprovação nos conselhos, execução do PRAD e compensação pela não recuperação de 48,20m² na APP. Conforme apresentado em diagnóstico, após a nova edificação ficar pronta, a antiga será demolida para a efetiva recuperação da APP. Dá-se um prazo máximo de 12 meses para a demolição da edificação e efetiva execução do PRAD, caso contrário será emitida a taxa de compensação ambiental referente à edificação na APP, conforme cálculo da Resolução COMDEMA 04/2018. Por se tratar de imóvel inserido em Área Urbana Consolidada e não haver nenhum impedimento em relação à legislação ambiental vigente, o conselho deferiu por unanimidade o processo com as ressalvas descritas no parecer. Após a análise dos processos a Srta. Presidente deu por encerrada a reunião. A presente ata segue assinada pela presidente do conselho Bruna Eli Ebele.

Guabiruba, 30 de março de 2021.

Presidente Bruna Eli Ebele: _____